

**CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA**



METRO DO PORTO, S.A.

PROGRAMA DE CONCURSO

**CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA**

CO/2025/214

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ÍNDICE

ARTIGO 1.º	4
IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	4
ARTIGO 2.º	4
ENTIDADE ADJUDICANTE	4
ARTIGO 3.º	4
JÚRI	4
ARTIGO 4.º	5
ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO CONCURSO E ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS	5
ARTIGO 5.º	5
INSPEÇÃO DOS LOCAIS	5
ARTIGO 6.º	6
IMPEDIMENTOS	6
ARTIGO 7.º	6
PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º	6
DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	6
ARTIGO 9.º	8
MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	8
ARTIGO 10.º	9
PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 11.º	9
ANÁLISE DAS PROPOSTAS	9
ARTIGO 12.º	10
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
ARTIGO 13.º	11
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS	11
ARTIGO 14.º	11
RELATÓRIO PRELIMINAR	11
ARTIGO 15.º	11
AUDIÊNCIA PRÉVIA	11
ARTIGO 16.º	12
RELATÓRIO FINAL	12
ARTIGO 17.º	12
ADJUDICAÇÃO	12
ARTIGO 18.º	13
NÃO ADJUDICAÇÃO	13
ARTIGO 19.º	13
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
ARTIGO 20.º	14
IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO	14
ARTIGO 21.º	14
NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
ARTIGO 22.º	14
NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
ARTIGO 23.º	15
CAUÇÃO	15
ARTIGO 24.º	15
MODOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	15
ARTIGO 25.º	16
NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	16

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ARTIGO 26.º	16
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS.....	16
ARTIGO 27.º	16
NÃO CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS	16
ARTIGO 28.º	16
APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	16
ARTIGO 29.º	16
AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO A CELEBRAR.....	16
ARTIGO 30.º	17
NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	17
ARTIGO 31.º	17
ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	17
ARTIGO 32.º	17
RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	17
ARTIGO 33.º	18
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	18
ARTIGO 34.º	18
NÃO OUTORGA DO CONTRATO.....	18
ARTIGO 35.º	18
PROTEÇÃO DE DADOS	18
ARTIGO 36.º	19
PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA ZERO À CORRUPÇÃO	19
ARTIGO 37.º	19
CONSULTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	19
ARTIGO 38.º	19
CONTAGEM DOS PRAZOS	19
ANEXOS AO PROGRAMA DE CONCURSO	21
ANEXO I.....	22
ANEXO II.....	23
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)	23
ANEXO III.....	24
(MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO)	24
ANEXO IV.....	25
(MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS UNITÁRIOS – MAPA QUANTIDADES).....	25
ANEXO V.....	26
(MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO).....	26
ANEXO VI.....	27
(MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA)	27
ANEXO VII.....	29
(MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO).....	29
ANEXO VIII	31
DETEÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO FORNECEDORES.....	31

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1. O presente concurso será designado por “*CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA*”.
2. Constituem objeto do presente Programa do Concurso as regras do procedimento tendentes à celebração de contrato de fornecimento, transporte, entrega e descarga, nos termos definidos no Caderno de Encargos.
3. No presente concurso será utilizada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a seguinte plataforma eletrónica: <https://www.acingov.pt/>.
4. Para obter acesso à plataforma eletrónica, cada interessado efetua o registo gratuito no endereço eletrónico referido no número anterior, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante é a Metro do Porto, S.A., (MP), com sede na Avenida Fernão Magalhães, 1862, 7.º, 4350-158 Porto.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. de [...].

ARTIGO 3.º

JÚRI

1. No âmbito do presente concurso será constituído um Júri, a quem, designadamente, competirá:
 - a) Elaborar os relatórios de análise e avaliação das propostas;
 - b) Realizar as audiências prévias dos interessados;
 - c) Proceder aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso.
2. O Júri será composto por três (3) membros efetivos, dos quais um será o presidente, e por (2) suplentes.
3. O Júri só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, fundamentadas e exaradas em ata.
4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

5. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
6. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri mas não têm direito de voto.
7. Os membros do Júri e os demais intervenientes no processo de avaliação das propostas subscreverão declaração de inexistência de conflito de interesses conforme modelo do Anexo XIII ao Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 4.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO CONCURSO E ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação de eventuais erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 1.º até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
4. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., pode ainda, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do concurso, bem como prestar esclarecimentos até ao termo do segundo terço do prazo para a apresentação de propostas, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões serão publicitadas na plataforma eletrónica utilizada e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.

ARTIGO 5.º

INSPEÇÃO DOS LOCAIS

1. Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar, no estado em que se encontrarem nessa data, todos os locais, as instalações, os equipamentos e as infraestruturas cuja utilização será necessária para a execução do contrato a celebrar, e realizar neles os reconhecimentos e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

2. Os concorrentes não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar os termos da sua proposta.

ARTIGO 6.º

IMPEDIMENTOS

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 7.º

PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. O prazo para a apresentação de propostas termina às **17:00:00 horas do dia XX de XXXXX de 2025.**
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data indicadas no número anterior.
3. O prazo fixado para a apresentação de propostas poderá ser prorrogado nas situações e nos termos previstos no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 8.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, identificação da conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e respetivo número de matrícula;
 - b) No caso de o concorrente ser um agrupamento de Empresas deverão ser apresentadas:
 - Declaração identificando os membros do agrupamento, bem como qual a Empresa que se entre os membros do agrupamento assume a posição de “chefe do agrupamento”;
 - Por cada uma das Empresas membros do agrupamento Declaração na qual as Empresas indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social, nome dos

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, identificação da conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e respetivo número de matrícula.

- c) Declaração de aceitação expressa do conteúdo do caderno de encargos e das condições dos locais onde o contrato a celebrar será executado, conforme modelo constante do **ANEXO I** do presente Programa do Concurso;
- d) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 (disponível no seguinte endereço eletrónico da Comissão Europeia: <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>), através do preenchimento do **ANEXO II** do presente Programa do Concurso (no caso de agrupamentos, um por cada um dos seus membros);
- e) Preço global da proposta expresso, por extenso, e não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, através do preenchimento do **ANEXO III** do presente Programa do Concurso;
NOTA importante: o preço total proposto não pode exceder o montante indicado na alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º deste Programa do Concurso e da cláusula 21.ª do Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais, sob pena de exclusão da proposta.
- f) Lista dos preços unitários, atento o mapa de quantidades definidos através do preenchimento do **ANEXO IV** do presente Programa do Concurso;
- g) Nota justificativa contendo a descrição da natureza e volume dos trabalhos previstos, do plano de entrega do fornecimento, dos meios e processos de execução propostos e justificação dos preços unitários e globais propostos;
- h) *Check list* constante do **ANEXO VIII** ao presente Programa de Concurso, a qual deverá ser preenchida pelos concorrentes, sendo que os documentos nela identificados só deverão ser apresentados em fase de habilitação pelo adjudicatário;
- i) Documento comprovativo que legitima quem assina e submete os documentos da proposta para obrigar a entidade concorrente no caso de Pessoa Coletiva, para cumprimento do disposto no n. 4 do artigo 57.º do CCP, nomeadamente através de:
 - i. Certidão de registo comercial ou certidão permanente, com todas as inscrições em vigor ou o respetivo código de acesso à certidão permanente para a sua consulta online, nos termos legais em vigor, para comprovação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções; ou

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- ii. Procuração ou instrumento de mandato conferindo ao signatário os poderes para obrigar e vincular a entidade concorrente, devidamente certificada e autenticada para o efeito.
- j) As propostas podem ainda incluir quaisquer outros elementos que os Concorrentes decidam apresentar por os considerarem relevantes para a sua proposta;
- 2. Todos os documentos devem ser redigidos em português, salvo o disposto no n.º 7 da cláusula seguinte.
- 3. Os preços constantes da proposta são indicados por extenso e em algarismos e não incluem o IVA, o qual acresce às taxas aplicáveis que vigorarem na data da respetiva liquidação.
- 4. Os preços constantes da proposta, indicados por extenso, prevalecem, para todos os efeitos, em caso de divergência, sobre os indicados em algarismos.

ARTIGO 9.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 1. As propostas serão entregues em plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>.
- 2. Caso existam documentos que constituem a proposta que ultrapassem os 200MB, deverão os concorrentes proceder à sua gravação em formato digital em suporte físico (exemplo: DVD, CD) e entregar antes da data limite de apresentação de propostas nas instalações do Metro do Porto, ficando, nestes casos dispensados da sua entrega na plataforma eletrónica. Esta via aplica-se, única e exclusivamente, para os ficheiros com dimensão superior à referida.
- 3. Para apresentação dos documentos excecionados no número anterior, aplica-se o disposto no artigo 62.º do CCP, sendo que o suporte físico deverá identificar o concorrente e ser encerrado em envelope opaco e fechado, indicando no rosto a designação do procedimento e da entidade adjudicante.
- 4. Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e serão apresentados no original ou cópia simples, salvo quando expressamente exigida a cópia certificada; neste caso a cópia deve ser acompanhada do respetivo comprovativo do registo no Sistema Informático nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006.
- 5. Se o Júri tiver fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá solicitar ao representante do concorrente que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo, condicionando a sua admissibilidade ao concurso a tal apresentação.
- 6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- a) Tradução devidamente legalizada;
 - b) Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é admitida a apresentação de documentos técnicos e apenas estes (fichas de características e catálogos técnicos) redigidos em língua inglesa, ficando o concorrente obrigado a apresentar a tradução legalizada dos mesmos caso a entidade adjudicante o solicite.
8. Todos os documentos que constituem as propostas devem ser entregues nos formatos editáveis compatíveis com: AUTOCAD 2019 (*.dwg ou *.dxf), MS OFFICE 2019 e MS Project 2019.
9. Com exceção dos documentos indicados no número 2 do presente artigo, todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 10.º

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 11.º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação.
- 2. São excluídas as propostas que incorram nas causas de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, bem como as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se propõe contratar, bem como apresentem quaisquer atributos que violem parâmetros base do Caderno de Encargos;
 - b) Que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço proposto para o fornecimento seja superior ao montante máximo de **500 000,00 euros (quinhentos mil euros);**

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

- e) Que o Contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer obrigações legais ou regulamentos aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - g) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nos artigos 8.º e 9.º deste Programa, sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo;
 - i) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 8.º do presente Programa de Concurso, sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo;
 - j) Que sejam apresentadas como variantes;
 - k) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.
3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea f) do número 2 será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.
4. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
5. No caso referido no número anterior, os esclarecimentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do pedido respetivo.
6. Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
7. Nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri deverá solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento.
8. Os esclarecimentos referidos nos números 6 e 7 do presente artigo devem ser imediatamente notificados aos mesmos na plataforma eletrónica utilizada e serão juntos às peças do procedimento.

ARTIGO 12.º
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O Júri procederá à avaliação, classificação e hierarquização das propostas dos concorrentes e que não devam ser excluídas, com base nos critérios definidos no artigo seguinte.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ARTIGO 13.º

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

1. A adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o preço total mais baixo
2. Em caso de empate na classificação final, entre duas ou mais propostas, estabelecem-se, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 74.º do CCP, como regra de desempate o sorteio.
3. O sorteio será efetuado um sorteio na presença dos elementos do júri, assim como dos representantes das respetivas entidades. Será marcada data e hora através da função “AVISO” da plataforma de compras públicas, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.
4. Regras do sorteio:
 - a) Será depositado em caixa opaca o nome das entidades concorrentes;
 - b) Daí é extraído manualmente, pelo Presidente do Júri, um dos nomes, a que corresponde o concorrente classificado em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeito de ordenação de todos os concorrentes empatados;
 - c) Mesmo que algum dos representantes dos concorrentes não esteja presente realizar-se-á o sorteio. No caso de ausência de todos os representantes dos concorrentes proceder-se-á à sua realização apenas com a presença dos membros do júri, não constituindo tal motivo de invalidade;
 - d) Será elaborada ata do sorteio, assinada por todos os presentes.

ARTIGO 14.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do Programa do Concurso, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar nos termos do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto nos números 5 e seguintes do artigo 11.º do Programa de Concurso.

ARTIGO 15.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ARTIGO 16.º
RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final devidamente fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. Neste momento, o Júri pode ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no número 2 do artigo 11.º do presente Programa de Concurso.
3. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto nos números anteriores.
4. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado depois pelo Júri à Administração da Metro do Porto, S.A..

ARTIGO 17.º
ADJUDICAÇÃO

1. Recebido o relatório final de avaliação das propostas, o Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., adota a decisão de adjudicação, que será simultaneamente enviada a todos os concorrentes, juntamente com aquele relatório.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Metro do Porto, S.A., notificará o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 19.º do presente Programa de Concurso;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 23.º e 24.º do presente Programa de Concurso, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato.
3. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ARTIGO 18.º
NÃO ADJUDICAÇÃO

Não há lugar à adjudicação quando se verifique o prescrito no artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 19.º
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos e declarações:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II Código dos Contratos Públicos;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
 - i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e na Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos previstos nas alíneas anteriores devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, que será no máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caducidade da adjudicação.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

4. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

ARTIGO 20.º

IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO

1. Os documentos referidos no n.º 1 do artigo anterior devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência sobre os respetivos originais.
2. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, a Metro do Porto, S.A., concederá um prazo de cinco dias para a sua supressão, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do mesmo Código.

ARTIGO 21.º

NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A Metro do Porto, S.A., notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada.

ARTIGO 22.º

NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado para a sua apresentação;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no número 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a Metro do Porto, S.A. notificará o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário a Metro do Porto, S.A. conceder-lhe-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 23.º

CAUÇÃO

1. Para garantir a celebração do Contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar caução no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o disposto no artigo seguinte.
2. A Entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

ARTIGO 24.º

MODOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no número 2 do artigo 17.º do presente Programa de Concurso, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
2. A caução é prestada mediante depósito em dinheiro ou por garantia bancária à primeira solicitação ou seguro-caução à primeira solicitação ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado português, de acordo com os modelos juntos como anexos **V**, **VI** e **VII**, respetivamente.
3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante devendo ser especificado o fim a que se destina.
4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o pagamento imediato e à primeira solicitação da Entidade Adjudicante de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
6. Das condições da garantia bancária não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

7. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 25.º

NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 26.º

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS

A pedido devidamente fundamentado do adjudicatário, o Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., pode prorrogar o prazo que tenha sido fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

ARTIGO 27.º

NÃO CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS

1. A adjudicação caduca se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo anterior no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 28.º

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é aprovada pela Administração da Metro do Porto, S.A., em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A Metro do Porto, S.A. pode excluir expressamente da minuta do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

ARTIGO 29.º

AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO A CELEBRAR

1. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e,

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

ARTIGO 30.º

NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar pelo Conselho de Administração da entidade adjudicante, a Metro do Porto, S.A., notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

ARTIGO 31.º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 32.º

RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento o facto de dela resultarem obrigações que contrariem ou não constem dos documentos concursais ou ainda a recusa devidamente fundamentada, pelo adjudicatário, dos ajustamentos propostos.
2. A Metro do Porto, S.A., notifica o adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, do que houver sido decidido sobre esta, pelo Conselho de Administração da Entidade Adjudicante, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ARTIGO 33.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A Metro do Porto, S.A., comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, que deverá sempre ocorrer nos 30 (trinta) dias seguintes à aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

ARTIGO 34.º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

A adjudicação caduca nas situações previstas no artigo 105.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 35.º

PROTEÇÃO DE DADOS

1. Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja sujeito, a Metro do Porto, S.A., poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais referidos no número anterior, no âmbito do presente procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela Metro do Porto, S.A., em cumprimento do direito à informação.
3. Os dados pessoais referidos no n.º 1 são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.
4. Os concorrentes e o adjudicatários têm o direito de, em qualquer altura, de solicitar à Metro do Porto, S.A., através do correio eletrónico indicado no artigo 2.º, o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

5. Os dados pessoais relativos aos concorrentes e ao adjudicatário, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, são conservados pelo prazo legalmente devido.

ARTIGO 36.º

PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA ZERO À CORRUPÇÃO

O sistema anticorrupção da Metro do Porto, S.A. determina que os concorrentes devem instruir as suas propostas com a *check list* constante do **Anexo VIII** ao presente Programa de Concurso, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 11.º.

ARTIGO 37.º

CONSULTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. O Processo de Concurso encontra-se patente na sede da Metro do Porto, S.A., sita na avenida Fernão Magalhães, 1862, 7.º, 4350-158 Porto, com o telefone n.º 225081000 e endereço eletrónico *geral@metro-porto.pt*, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h30 às 12h30 e das 14h30 às 17horas), desde a data do respetivo anúncio.
2. Os documentos de habilitação do adjudicatário estarão disponíveis no mesmo local após a sua apresentação pelo período de 5 (cinco) dias.
3. As peças que instruem o procedimento de concurso são as seguintes:
 - a) Programa do Concurso e respetivos Anexos;
 - b) Caderno de Encargos (Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas) e respetivos Anexos.
4. As peças do procedimento são disponibilizadas para descarga, de forma gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>.

ARTIGO 38.º

CONTAGEM DOS PRAZOS

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos no presente Programa de Concurso relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas e das candidaturas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

Porto, XX de junho de 2025

A ADMINISTRAÇÃO,

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXOS AO PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO I

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO EXPRESSA DO CONTEÚDO DO CADERNO DE
ENCARGOS E DAS CONDIÇÕES DOS LOCAIS ONDE O CONTRATO A CELEBRAR SERÁ
EXECUTADO**

1. _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do inteiro processo de concurso e do teor de todas as peças do procedimento relativo ao “*CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA*” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada aceita incondicionalmente e sem reservas o seu inteiro conteúdo e que, em caso de adjudicação, se obriga a executar o contrato em conformidade com aquele teor.
2. Declara ainda que a entidade adjudicante lhe conferiu a oportunidade de realizar todas as consultas necessárias e de inspecionar todos os locais de execução das prestações objeto do contrato, pelo que assume a inteira responsabilidade por quaisquer factos que pudesse ou devesse conhecer através de tais consultas e inspeções.

Data _____

Assinatura _____

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO II
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>¹, devendo ser selecionadas as seguintes opções³:

- I. “Sou um operador económico”;
- II. “Importar um DEUCP”;
- III. “Carregar documento”;
- IV. Selecionar o país do concorrente;
- V. Preencher todos os campos;
- VI. No final, selecionar a opção “imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.

¹ O link de acesso ao DEUCP disponibilizado através do site do Portal Base encontra-se temporariamente desativado. Os concorrentes deverão utilizar o link indicado neste anexo que conduz aos serviços disponibilizados noutro Estado Membro – Espanha.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO III
(MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO)

F.....(*identificação completa do concorrente, incluindo matrícula na Conservatória do Registo Comercial e número de cartão de pessoa coletiva para todos os seus membros*), com sede em, representada por, na qualidade de, com poder para vincular a empresa (*ou consórcio*), tendo tomado completo e perfeito conhecimento do “*CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA*”, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem este fornecimento em harmonia com os documentos que integram o Processo de Concurso, bem como com os documentos apresentados, pelo valor global de € (*por extenso*), atendendo aos preços unitários indicados através do preenchimento do Anexo IV do presente Programa do Concurso.

Mais declara que:

- 1 – Todos os valores apresentados são expressos em euros e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado.
- 2 – Se obriga a garantir por caução, no montante equivalente a 5% do valor da proposta, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato.
- 3 – Aceita como foro competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.
- 4 – A presente proposta, uma vez apresentada, mantém-se válida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da entrega da proposta e que, com base no seu conteúdo, se considera contratualmente obrigado a outorgar o contrato.

Data....

Assinatura (*com identificação de quem assina e na qualidade em que o faz*)

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO IV
(MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS UNITÁRIOS – MAPA QUANTIDADES)

(Ficheiro excel em anexo)

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO V
(MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros [•], €

Vai [•], *(firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário)*, com sede em [•], *(morada)*, depositar na [•], *(sede, filial, agência ou delegação)* do Banco [•], a quantia de € [•], *(por algarismos e por extenso)* em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 23.º do Programa de Concurso relativo ao “*CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA*”, como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do Concurso promovido pela Metro do Porto, S.A. (entidade adjudicante). Este depósito, sem reservas, fica à ordem a favor da Metro do Porto, S.A., a quem é igualmente remetido nesta data o comprovativo emitido pelo Banco do depósito realizado nas condições descritas.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO VI
(MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA)

PARA: Metro do Porto S.A.,
[endereço]

Garantia número *[a preencher pelo BANCO]*
[data]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do “*CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA*”, promovido pela Metro do Porto S.A., garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Metro do Porto S.A. (“Beneficiário”), até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista artigo 23.º do Programa do Concurso como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do Concurso (“Contrato”).

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à entidade adjudicante, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, através de declaração assinada pelo legal representante da entidade adjudicante, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no Contrato e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

A presente garantia bancária só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO VII
(MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO)

PARA: Metro do Porto, S.A.

[Endereço]

Apólice n.º: *[a preencher pela Seguradora]*

[data]

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com este celebrado em [•], enquanto adjudicatário do “*CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA*”, promovido pela Metro do Porto S.A., garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista artigo 23.º do Programa do Concurso como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do Concurso.

Consequentemente, a Companhia de Seguros constitui-se devedora e principal pagadora em dinheiro, da Metro do Porto, S.A. (entidade adjudicante), até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito, através de declaração assinada pelo legal representante da entidade adjudicante, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no Contrato e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra a entidade adjudicante que eventualmente pudesse invocar contra o tomador de seguro, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do tomador de seguro e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do tomador de seguro.

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

Quaisquer pagamentos a efetuar por esta Companhia de Seguros, nos termos do presente seguro-caução, são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

O presente seguro-caução só será cancelado quando a entidade adjudicante nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

CONCURSO PÚBLICO
PARA FORNECIMENTO DE SETE APARELHOS DE VIA

ANEXO VIII
DETEÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO FORNECEDORES

(Ficheiro excel em anexo)